

## A PAZ É POSSÍVEL

RELATO DE ALGUNS ACONTECIMENTOS OCORRIDOS EM LISBOA NOS DIAS 30 E 31 DE DEZEMBRO DE 1972 E 1 DE JANEIRO DE 1973

Sábado, 30/12/72

Na missa das 19,30 celebrada na Capela da Jec (Calçada Bento da Rocha Cabral, 1-B, ao Rato) um grupo de cristãos, toma a palavra para dar conhecimento à comunidade da sua resolução de responder ao apelo do Papa: "Nós devemos fazer sempre todos os esforços para tornar a PAZ possível". Declaram sentir a necessidade de romper o silêncio acerca do problema da guerra em Angola, Moçambique e Guiné, bem como a sua solidariedade para com as vítimas da guerra. Assim, permaneceriam naquele local durante 48 horas, tempo que seria ocupado para a reflexão daqueles problemas.

Como expressão do seu compromisso, estas pessoas decidiram fazer "greve telefónica".

Dirigiram o seu apelo a todos os cristãos e não cristãos, para que se lhes juntassem nesta atitude e a divulgassem.

O celebrante, Padre João Seabra, declarando-se surpreendido, afirmou, como aliás tinha afirmado na homilia, ser necessário respeitar as posições de todas as pessoas.

A noite

O Padre Alberto (responsável da Capela), entretanto informado afirmou que, embora ignorasse totalmente a iniciativa, não se opunha, desde que fosse respeitado o local, bem como os actos de culto previstos.

Ao mesmo tempo, um grupo de pessoas da comunidade da Capela, com responsabilidades no seu funcionamento, contactou com o Bispo D. António Ribeiro, com o qual trocou impressões sobre os acontecimentos. Entre outras coisas, o Sr. D. António afirmou que achava não ser aquele um processo cristão de lançar iniciativas que por isso não se oporia à eventual atitude repressiva das autoridades policiais.

Esta noite foi utilizada para reflectir sobre a presença por-



tuguesa em África. Participaram na reunião várias centenas de pessoas, estando já cerca de 20 cumprindo a decisão de não tomar alimentos.

A partir aproximadamente das 3,30 horas, a reflexão colectiva foi interrompida para que as pessoas pudessem descansar.

Domingo, 31/12/72

De manhã

Respeitaram-se as actividades de culto previstas - missas às 11 e 12,30 horas. Nestas, os celebrantes leram uma declaração em que informavam sobre o que se estava a passar ali. Consideravam o problema tratado muito importante e as posições assumidas uma forte interpelação para todas as pessoas.

Nesta mesma manhã foram distribuídos em muitas igrejas de Lisboa e periferia comunicados que informavam sobre o que se passava e apelavam para que as pessoas participassem e lançassem acções com os mesmos objectivos.

De tarde

Continuou-se a reflexão do dia anterior, tendo-se mantido o número de participantes sensivelmente constante. A participação dos presentes foi muito activa, gerando-se viva discussão sobre as aplicações concretas, no caso português, da luta pela paz.

Chegou também nesta tarde uma mensagem de um grupo de cristãos do Porto que se afirmavam solidários com os objectivos daquela reunião.

Por volta das 19 horas, tomou-se conhecimento de um comunicado à população, que aludia àquele acontecimento e que teria sido distribuído em vários pontos da cidade (segundo notícias posteriores confirmadas nos jornais diários).

Pouco depois, iniciou-se uma concentração de forças policiais na zona da Capela. Mais tarde, por volta das 20,30 horas, aquela concentração viria a assumir forma maciça e escandalosa (cerca de 10 carrinhas com polícia de choque e cães; muitas viaturas de outras polícias também).

A partir de certa altura o trânsito no Largo do Rato e à volta da Capela começou a ser controlado e esta foi isolada.

Aproveitando a hora em que a maioria das pessoas tinham ido jantar, as autoridades resolveram actuar. Reagindo pacificamente à entrada na Capela, de indivíduos cujo comportamento os tornava suspeitos, as pessoas reuniram-se ao fundo da Capela, cantando e fazendo leituras colectivas.

Cerca das 20,45 entrou na Capela um comissário da P.S.P., que deu aos presentes a ordem de evacuação da Capela no prazo de 10 minutos; no entanto, as pessoas continuavam resistindo unânime, decidida e pacificamente, às intimidações policiais. Passado algum tempo, entrou um capitão do exército, que comunicou faltarem nesse preciso momento 4 minutos; então, alguns dos presentes reagiram verbalmente, perguntando se as forças policiais tinham autorização do Patriarca para ali entrarem, e afirmando que estavam a ser violadas



as imunidades que a Igreja Católica goza em Portugal.

Ao cabo de alguns minutos, vários polícias invadiram as instalações e procederam a uma busca em toda o edifício, bem como a apreensão de objectos e publicações, sem apresentação de mandato judicial nem levantamento de auto de apreensão.

Seguidamente, estes polícias, acompanhados por outros que entretanto entraram, arrastaram algumas pessoas às quais então todo o grupo se reuniu. Foram em conjunto conduzidos em veículos da polícia à esquadra do Rato. Aí tomaram conhecimento de que já lá se encontravam várias pessoas detidas isoladamente na rua, ao sair da reunião. Nesta esquadra, todas as pessoas foram identificadas. Algumas, cerca de 15, não foram libertas e transitaram para o Governo Civil; dois, menores de 16 anos, foram por essa razão libertos. Os outros foram transferidos para o Forte de Caxias, onde, até este momento, se encontram incomunicáveis. Temos conhecimento apenas dos seguintes nomes:

Nuno Teotónio Pereira, de 50 anos, arquitecto  
Miguel Teotónio Pereira, de 18 anos, estudante  
Francisco Louça, de 16 anos, estudante  
João Pimentel, 16 anos, estudante  
Francisco Pereira de Moura, 50 anos, professor universitário  
Luís Moita, 34 anos, professor  
Maria Benedita Galamba de Oliveira, 50 anos, bibliotecária  
José Luís Galamba de Oliveira, 21 anos, estudante  
Jorge Wemans, 18 anos, estudante  
Homero Cardoso, 30 anos, chefe de publicidade  
Manuel Coelho, 25 anos, estudante

Entretanto, algumas pessoas dirigiram-se à igreja de Arroios, onde o Patriarca celebrava a vigília do Dia da Paz. Algumas destas pessoas foram presas.

Durante a celebração, durante a qual o Patriarca não fez qualquer referência aos acontecimentos da tarde, foi-lhe entregue por um grupo de cristãos, uma carta aberta. É de notar a grande afluência de agentes da polícia política a esta celebração.

#### Capela do Rato

Quando, pelas 22 horas, um dos Padres da Comunidade, Padre António Janela, compareceu na Capela, com o fim de preparar a celebração da missa que deveria ter lugar à meia-noite, conforme oportunamente havia sido informado à Comunidade, foi-lhe transmitida pela empregada a comunicação verbal feita pelos agentes da polícia de que a Capela devia ser fechada e de que o padre responsável pela mesma deveria comparecer no Comando Geral da P.S.P. para receber instruções. Dirigiu-se aquele padre imediatamente para esse local, onde o próprio comandante lhe comunicou que tinha ordens superiores para que a Capela permanecesse encerrada, nela não podendo ser celebrada a missa prevista para a meia-noite, bem como a missas habituais do dia 1. Esta informação foi transmitida pelo padre António Janela aos cristãos que, por volta da meia-noite, se encontravam dentro das instalações da Capela, para a celebração da missa. Porque nenhum dos sacerdotes nem leigos daquela comunidade tinham rece-



bido qualquer informação do Patriarca, entenderam todos que deviam celebrar a Eucaristia, para o que estavam reunidos e assim fizeram, embora fechando as portas da Capela, contrariamente ao que é habitual. No final desta celebração foi feita uma acta que, depois de assinada por alguns presentes, tinha por fim informar o Patriarca da decisão tomada por esses cristãos.

Aquela acta foi entregue ao Patriarca, pelas 10 horas da manhã do dia seguinte, pessoalmente, pelo padre António Janela, a quem o sr. D. António Ribeiro confirmou a orientação de que deveria continuar a fazer-se na Capela, a celebração dos actos de culto habituais.

Segunda, dia 1/1/73

Terminada a última missa da manhã e tendo a maior parte das pessoas já retirado, o celebrante, padre António Janela, ainda paramentado e no interior da Capela, foi intimado por um oficial da P.S.P., fardado, acompanhado de outro indivíduo que, posteriormente, se declarou comissário da mesma corporação, a acompanhá-los. O padre Armindo Garcia, que espontaneamente se identificou como membro da equipa sacerdotal da comunidade, foi igualmente conduzido à esquadra da polícia. O referido comissário obrigou as poucas pessoas que ainda se encontravam na Capela a saírem imediatamente e ordenou que a Capela permanecesse fechada, não podendo permanecer nas suas dependências senão a empregada e uma afillhada que lá residem. A polícia ficou a guardar a porta do edifício.

Os dois foram levados para a sede da D.G.S., na rua António Maria Cardoso, onde esperaram até ao fim da tarde. Então o padre Armindo foi libertado, sem ter sido interrogado. Entretanto, iniciou-se o interrogatório do padre Janela, que se prolongou até cerca das 2 horas da manhã de hoje, hora a que foi libertado.

Lisboa, 2/1/73

DIVULGA ESTA INFORMAÇÃO!

